

## **CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

### **RESOLUÇÃO Nº 206 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1996**

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Sexagésima Primeira Reunião Ordinária, realizada nos dias 04 e 05 de dezembro de 1996, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, **considerando:**

- ( a necessidade de atenção integral à pessoa portadora de deficiência no âmbito do SUS;
- ( que a atenção básica dispõe de procedimentos de promoção à saúde, prevenção e detecção precoce de deficiências;
- ( que historicamente as instituições filantrópicas têm participado e desenvolvido essas ações junto à comunidade;
- ( o número elevado de pessoas portadoras de deficiência que necessitam destes serviços constante na tabela de procedimentos ambulatoriais AVEIAM; e
- ( que estes procedimentos são de exclusividade dos prestadores públicos.

#### **RESOLVE:**

Determinar que os procedimentos relativos a Educação em Saúde, atendimento em grupo executado por profissionais de nível superior e visita domiciliar, voltados para o atendimento à pessoa portadora de deficiência, sejam também prestados por profissionais de saúde vinculados às entidades filantrópicas.

.

**CARLOS CÉSAR S. DE ALBUQUERQUE**  
Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 206 de 05 de dezembro de 1996, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

**CARLOS CÉSAR S. DE ALBUQUERQUE**  
Ministro de Estado da Saúde